

Nota Informativa

Edição 092/2025

DESTAQUES

Brasil lança candidaturas para posições de governança da União Internacional de Telecomunicações (UIT)

Após contingenciamento da Fazenda, Anatel fica sem dinheiro para bloquear bets ilegais

Conselho entrega subsídios para a construção da Política Nacional de Proteção de Dados

Maioria do STF é contra obrigatoriedade do compartilhamento de torres de celulares até 500 metros

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EUA preparam ação contra uso de tecnologia norte-americana em fábricas de chips na China, diz WSJ

Na Unesco, Brasil reforça proposta de protocolo sobre diversidade cultural no ambiente digital

Microsoft parte para o ataque; e estaria pronta a romper relações com a OpenAI

Apple planeja usar IA para projetar chips, diz executivo

Ministério lança FormP&D e empresas podem declarar investimentos de 2024 em inovação

Digitalização da rotina dobra no Brasil em oito anos, aponta pesquisa

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lula defende aumento do IOF como forma de financiar gastos públicos

Congresso deve ser responsável com gasto público, diz Abrasca

Comissão aprova MP do crédito consignado; texto vai à Câmara

Oposição acredita em queda do decreto do IOF, mas governo ainda espera acordo

MP do crédito consignado avança e relator inclui motoristas de app

LiveBC detalhou o Pix Automático

EDUCAÇÃO

Encontro esclarece sobre adesão ao PDDE Educação Conectada

JUDICIÁRIO

STF: Google diz que não tem dados sobre quem publicou minuta do golpe

POLÍTICA

Líderes da Câmara dizem a Rui e Gleisi ver 'jogo casado' de governo e Dino em decisões sobre emendas

Lula prioriza Centrão e PT na 1ª leva de emendas de 2025

Aprovada urgência para votar projeto que aumenta o número de deputados federais

RELAÇÕES EXTERIORES

Plano de trabalho reforça parceria Brasil-Alemanha para Infraestrutura da Qualidade

DESTAQUES

Brasil lança candidaturas para posições de governança da União Internacional de Telecomunicações (UIT)

Poder Executivo | 20/06/2025 – 12h02min

No contexto de sua contínua atuação como Estado-Membro da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Brasil lançou, em 18 de junho, duas candidaturas para o processo de eleições da próxima Conferência de Plenipotenciários (PP-26), durante o segundo dia da Sessão 2025 do Conselho do organismo internacional, realizada em Genebra, Suíça. O evento de lançamento contou com discurso de abertura do embaixador Guilherme Patriota, representante permanente da Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras organizações econômicas. Patriota destacou que o Brasil, membro do Conselho da UIT desde sua criação em 1947, tem se engajado ativamente nos debates da organização, contribuindo em temas como a expansão da conectividade, cabos submarinos, inteligência artificial (IA), além de questões administrativas da UIT e iniciativas como a Green Digital Action (GDA), com perspectivas de ampliação no Brasil. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Após contingenciamento da Fazenda, Anatel fica sem dinheiro para bloquear bets ilegais

Poder Executivo | 19/06/2025 – 18h51min

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) fechou parceria com a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para desligar sites ilegais de apostas, mas,

com os cortes orçamentários impostos pela equipe econômica, agora não tem dinheiro para fazer os bloqueios. Segundo o presidente da agência, Carlos Baigorri, cerca de 15 mil sites ilegais foram derrubados desde janeiro, quando entrou em vigor a lei que regulamentou as bets. A ferramenta utilizada para tirar as plataformas do ar vinha sendo mantida por um acordo com a Unesco, que garante R\$ 8 milhões. Com o aumento da atividade de bets ilegais, Baigorri estima que será preciso ampliar a estrutura da Anatel. Com o concurso público, que vai admitir 50 novos servidores, será preciso ter um orçamento de R\$ 23 milhões por ano. "Ainda não dá para saber quantos desses servidores serão direcionados para o controle das bets", disse Baigorri. "Talvez tenhamos de fazer novas parcerias." Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho entrega subsídios para a construção da Política Nacional de Proteção de Dados

Poder Executivo | 19/06/2025 – 12h41min

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) recebeu, na terça-feira (17), documento elaborado pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais (CNPDP) com subsídios a serem considerados na elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. A entrega ocorreu na sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e contou com representantes de ambas as instituições. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) prevê, no seu Artigo nº 55-J, que compete à ANPD elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. O Artigo nº 58-B, por sua vez, determina que cabe ao colegiado propor diretrizes estratégicas e fornecer subsídios para o cumprimento dessa exigência legal, materializada pela entrega de terça-feira (17). A elaboração das diretrizes para a Política, a cargo da ANPD, está incorporada à Agenda Regulatória. Os subsídios foram elaborados por seis grupos de trabalho: Educação e Capacitação em Proteção de Dados; Mecanismos, Instâncias e Práticas de Conformidade de Proteção de Dados; Dados Pessoais para o Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e a Inovação; Lei de Acesso à Informação (LAI) & LGPD: Dados Abertos como Infraestrutura Crítica em Conformidade com LGPD; Regimento Interno; além de dois grupos voltados para governança de dados. Fonte: ASCOM MJSP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Maioria do STF é contra obrigatoriedade do compartilhamento de torres de celulares até 500 metros

Poder Judiciário | 18/06/2025 – 15h23min

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) formaram maioria contra a medida cautelar que obrigava prestadora dos serviços de comunicação a compartilharem torres separadas por até 500 (quinhentos) metros. Em julgamento no plenário virtual, o ministro Luís Roberto Barroso apresentou voto divergente ao do relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 7708](#)), ministro Flávio Dino, que em 2024, acatou pedido, em caráter liminar, da Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel), pela inconstitucionalidade do art. 12 da [Lei 14.173/2021](#). O dispositivo da lei revogou a obrigatoriedade do compartilhamento de torres - com base no critério espacial - pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, restabelecendo a vigência do art. 10 da [Lei nº 11.934/2009](#). Resultado da Medida Provisória ([MP](#)) nº [1.018/2020](#), o relator salientou que a lei aprovada alterou a organização dos serviços de telecomunicações, o que é proibido pela Constituição Federal. Dino assinalou que o compartilhamento das infraestruturas de telecomunicações visa estimular a otimização de recursos e a redução de custos operacionais, com o objetivo de beneficiar os usuários dos serviços prestados. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EUA preparam ação contra uso de tecnologia norte-americana em fábricas de chips na China, diz WSJ

Mercado | 20/06/2025 – 14h08min

Uma autoridade dos EUA informou as principais empresas globais de semicondutores sobre os planos de cancelar isenções que permitem que elas usem tecnologia norte-americana na China, informou o Wall Street Journal na sexta-feira (20), citando pessoas familiarizadas com o assunto. Jeffrey Kessler, subsecretário de comércio para indústria e segurança do Departamento de Comércio, disse à Samsung Electronics, à SK Hynix e à Taiwan Semiconductor Manufacturing esta semana que desejava cancelar essas isenções, informou o WSJ. As ações de fabricantes de equipamentos para chips que abastecem fábricas na China caíram com a notícia. A KLA Corp cedeu 3,8%, a Lam Research teve baixa de 4,7% e Applied Materials afundou 3,8%. Fonte: Tilt Uol

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Na Unesco, Brasil reforça proposta de protocolo sobre diversidade cultural no ambiente digital

Poder Executivo | 19/06/2025 – 18h02min

No segundo dia da 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, a delegação brasileira voltou a defender a criação de um Protocolo Adicional para enfrentar os desafios do ambiente digital. De acordo com a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg, o Brasil mantém uma posição firme sobre o tema e considera essencial a adoção desse mecanismo, sobretudo diante das desigualdades tecnológicas entre os países. “A pauta principal de hoje foi o debate sobre o mundo digital e a diversidade. A delegação do Brasil fez uma defesa muito importante na Unesco sobre a adoção de um protocolo pela Convenção neste campo, para que possa servir de referência para o nosso trabalho”, pontuou a secretária, que representa o país nas discussões realizadas na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris, na França. “Este protocolo proposto abordaria as mudanças estruturais mais profundas da era digital, incluindo a governança da Inteligência Artificial e a regulamentação de plataformas digitais. O Brasil considera este o instrumento jurídico mais coerente e eficaz para defender os princípios da Convenção em um contexto digital, oferecendo a força jurídica, a clareza e a flexibilidade necessárias para orientar a legislação nacional dentro de uma estrutura internacional compartilhada”, destacou Souza. Fonte: ASCOM MINC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Microsoft parte para o ataque; e estaria pronta a romper relações com a OpenAI

Mercado | 19/06/2025

A Microsoft está disposta a abandonar suas negociações com a OpenAI sobre o futuro da aliança entre as empresas, informou o Financial Times na quarta-feira, 18/6. Segundo a reportagem, a gigante de tecnologia chegou a cogitar a suspender qualquer negociação com a OpenAI, caso as duas partes não cheguem a um acordo sobre questões críticas, entre elas, o tamanho da futura participação da Microsoft na OpenAI. A Microsoft, inclusive, planeja se basear em seu contrato comercial existente para manter o acesso à tecnologia da OpenAI até 2030, de acordo ainda com a reportagem do Financial Times. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Apple planeja usar IA para projetar chips, diz executivo

Mercado | 18/06/2025 – 20h39min

A Apple está interessada em explorar a inteligência artificial generativa para acelerar o design dos chips personalizados no coração de seus dispositivos, disse seu principal executivo de tecnologia de hardware, em comentários privados no mês passado. Johny Srouji, vice-presidente sênior de tecnologias de hardware da Apple, fez os comentários em um discurso na Bélgica, onde recebeu um prêmio do Imec, um grupo independente de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores, que trabalha em estreita colaboração com a maioria dos maiores fabricantes de chips do mundo. Fonte: Tilt Uol

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Ministério lança FormP&D e empresas podem declarar investimentos de 2024 em inovação

Poder Executivo | 18/06/2025 – 18h27min

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lançou na quarta-feira (18) o FormP&D ano-base 2024. O [formulário eletrônico](#) é usado anualmente pelas empresas para declarar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e ter acesso aos benefícios fiscais da Lei do Bem. O prazo para enviar as informações vai até 30 de setembro. O evento realizado na sede do ministério reuniu instituições ligadas à indústria e inovação, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPT) e a ABGI Brasil. A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou o compromisso do governo federal com o investimento e o alinhamento da pasta à Nova Indústria Brasil (NIB). Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Digitalização da rotina dobra no Brasil em oito anos, aponta pesquisa

Mercado | 18/06/2025 – 16h56min

Um estudo da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil, o "Índice de Automação de Consumidores", revela que a digitalização da vida cotidiana no Brasil dobrou entre 2017 e 2024. A pesquisa, que entrevistou 4,2 mil consumidores, avalia a incorporação de tecnologias em áreas como compras, saúde, mobilidade, educação e relações sociais. Todas as regiões brasileiras apresentaram crescimento, com uma convergência dos índices em 2024, indicando que a automação não se restringe mais a grandes centros. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lula defende aumento do IOF como forma de financiar gastos públicos

Poder Executivo | 19/06/2025 – 14h27min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu, na quinta-feira (19), a proposta do governo federal de promover mudanças nas regras do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), incluindo o aumento das alíquotas cobradas atualmente. "O Haddad quer que as bets paguem [mais] imposto de renda; que as fintechs paguem; que os bancos paguem. Só um pouquinho, para a gente poder fazer a compensação, porque toda vez que a gente vai

ultrapassar o arcabouço fiscal, temos que cortar no Orçamento”, acrescentou o presidente, admitindo que o aumento do IOF “é um pouco para fazer esta compensação” e evitar cortes orçamentários. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso deve ser responsável com gasto público, diz Abrasca

Poder Executivo | 19/06/2025 – 10h25min

O presidente-executivo da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Pablo Cesário, avalia que a discussão sobre o ajuste fiscal deveria ser menos sobre o corte de gastos e mais sobre a qualidade do uso do dinheiro público. Ele diz que o Congresso deveria assumir a responsabilidade sobre a questão, já que passou a decidir sobre 1/4 do Orçamento discricionário, o equivalente a cerca de R\$ 50 bilhões. “A questão central é, se o Congresso está recebendo mais responsabilidades sobre o Orçamento, também deve ter mais poder para decidir sobre o Orçamento. Deveria assumir a responsabilidade de dizer ‘este gasto está mal ou bem feito’, e ter a capacidade de escolher, para os que estão sendo mal feitos, os cortes que precisam ser feitos. Portanto, não é uma questão de diminuir gastos”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova MP do crédito consignado; texto vai à Câmara

Poder Legislativo | 18/06/2025 – 17h39min

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória que regulamenta o empréstimo consignado para trabalhadores da iniciativa privada aprovou, na quarta-feira (18), o relatório elaborado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). A MP 1.292/2025, publicada em 12 de março, já está em vigor, porém necessita da aprovação do Congresso Nacional até o dia 9 de julho para manter sua validade. Após a aprovação na comissão mista, a MP será encaminhada ao Plenário da Câmara dos Deputados, onde terá início a sua tramitação. Posteriormente, a matéria será submetida à votação no Senado Federal. Rogério Carvalho assegurou que a MP não implica em renúncia de receitas ou aumento de despesas, não gerando, portanto, impacto fiscal. Ele propôs a aprovação do texto sob a forma de um projeto de lei de conversão (PLV). Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Oposição acredita em queda do decreto do IOF, mas governo ainda espera acordo

Poder Legislativo | 18/06/2025 – 16h53min

A decisão da Câmara dos Deputados de aprovar regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) [314/2025](#), que altera regras do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), repercutiu entre os senadores. A urgência foi aprovada na segunda-feira (16) e, com isso, o projeto, do deputado Zucco (PL-RS), líder da Oposição na Câmara, poderá ser aprovado mais rapidamente, sem passar por nenhuma comissão. A aprovação foi entendida pela oposição como uma derrota do governo. Entre as novidades do segundo pacote anunciado, estão a taxação de 5% sobre novas emissões de títulos antes isentos, como LCI, LCA, CRI, CRA e debêntures incentivados. Já os demais ativos terão uma alíquota única de 17,5% de Imposto de Renda. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MP do crédito consignado avança e relator inclui motoristas de app

Poder Legislativo | 18/06/2025 – 16h04min

A Comissão Mista da MP (Medida Provisória) do crédito consignado aprovou nesta 4ª feira (18.jun.2025) o relatório do senador Rogério Carvalho (PT-SE) que estendeu a

modalidade de empréstimo para motoristas de aplicativo. O crédito consignado consiste em um empréstimo cujas parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento. Depende, portanto, da existência de um vínculo empregatício –o que não é o caso de trabalhadores que atuam por aplicativo. Na nova proposta, os motoristas de apps poderão autorizar o desconto de até 30% dos repasses recebidos pelas plataformas. As empresas ainda poderão firmar convênios com bancos e concessionárias a fim de viabilizar o empréstimo. As especificações deverão ser regulamentadas depois. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

LiveBC detalhou o Pix Automático Poder Executivo | 18/06/2025 – 10h38min

A LiveBC da última segunda-feira (16/6) marcou o lançamento do Pix Automático, que entrou em funcionamento no mesmo dia do programa. Durante pouco mais de uma hora, o Chefe-adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem) do Banco Central (BC), Breno Lobo, tratou do funcionamento da nova ferramenta do Pix, que tem tudo para tornar ainda mais cômodo, fácil e rápido o serviço de pagamento instantâneo criado pelo BC, além de incluir mais brasileiros no uso do serviço e permitir o desenvolvimento de novos modelos de negócios. Fonte: ASCOM BCB

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Encontro esclarece sobre adesão ao PDDE Educação Conectada Poder Executivo | 18/06/2025 – 19h18min

Em [webinário](#) realizado na quarta-feira, 18 de junho, o Ministério da Educação (MEC) orientou as redes de ensino acerca da adesão ao módulo Educação Conectada, da plataforma Programa Dinheiro Direto na Escola ([PDDE](#)) Interativo. O encontro ocorreu no canal do MEC no YouTube e contou com a participação da equipe da Secretaria de Educação Básica (SEB), que tirou dúvidas dos gestores escolares. As redes de ensino têm até o dia 27 de junho para aderir ao módulo Educação Conectada, quando devem responder ao monitoramento e elaborar seus Planos de Aplicação Financeira (PAFs), a fim de enviá-los para análise do MEC. Os PAFs são etapa preliminar para recebimento dos recursos financeiros repassados no âmbito da Política de Inovação Educação Conectada (Piec), criada com o objetivo de fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. A Piec é uma das políticas que faz parte da [Estratégia Nacional Escolas Conectadas](#), que vem articulando diversos esforços para garantir conectividade para fins pedagógicos para todas as escolas. Fonte: ASCOM MEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STF: Google diz que não tem dados sobre quem publicou minuta do golpe Poder Judiciário | 18/06/2025 – 20h30min

O Google informou na quarta-feira (18) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não tem condições de cumprir a decisão do ministro Alexandre de Moraes que determinou o envio de dados sobre quem publicou uma cópia da minuta do golpe em um domínio público na internet. De acordo com o escritório de advocacia que representa a plataforma no Brasil, o provedor de buscas não possui os dados, que, segundo a empresa, são de responsabilidade das páginas que divulgaram a minuta. Segundo a plataforma, o buscador não é responsável pela hospedagem de páginas de terceiros. Além disso, o Google afirmou que Moraes não

indicou a URL de conteúdo hospedado ou vinculado com os serviços da empresa. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Líderes da Câmara dizem a Rui e Gleisi ver 'jogo casado' de governo e Dino em decisões sobre emendas

Poder Legislativo | 20/06/2025 – 06h

Líderes partidários da Câmara dos Deputados afirmaram aos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) nesta semana enxergar interferência de integrantes do governo federal nas decisões do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), em ação que trata das emendas parlamentares. As queixas foram levadas aos ministros em reunião na segunda-feira (16), na residência oficial da presidência da Câmara, em Brasília, de acordo com três participantes do encontro. Nas palavras de um deles, foi transmitida a mensagem de que, no plenário da Câmara, "a voz corrente" é que o governo federal atua numa espécie de "jogo casado" com o ministro do Supremo. Segundo relatos, os dois ministros rechaçaram qualquer interferência do Executivo nesse sentido. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula prioriza Centrão e PT na 1ª leva de emendas de 2025

Poder Executivo | 20/06/2025 – 04h

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) intensificou a reserva de emendas a congressistas nos últimos dias e priorizou partidos de centro e o PT. A sigla que mais teve dinheiro empenhado de 12 de junho até 4ª feira (18.jun.2025), os últimos dados disponíveis, foi o PSD: R\$ 95,2 milhões. O União Brasil fica em 2º no ranking, com R\$ 83,3 milhões a mais no período analisado. No total, desde o início do ano, as duas siglas somam R\$ 102,8 milhões e R\$ 88,9 milhões, respectivamente. Os petistas vêm em 3º lugar com mais dinheiro em novas emendas: ganharam R\$ 80,1 milhões nos últimos dias. Têm R\$ 93,5 milhões reservados no ano. As emendas reservadas na última semana foram majoritariamente para siglas que têm ministérios. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Aprovada urgência para votar projeto que aumenta o número de deputados federais

Poder Legislativo | 18/06/2025 – 17h46min

O Plenário do Senado deverá votar na próxima semana o aumento do número de deputados federais (PLP 177/2023). A proposta atende a uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de atualizar o número de parlamentares de acordo com o último censo do IBGE, e cria 18 novas vagas para os estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Paraná. No entanto, diversos senadores já anunciaram voto contrário ao projeto alegando aumento de despesas. Um deles foi o senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR). Ele argumentou que a proposta é um contrassenso em meio à reação do próprio Congresso Nacional contra a elevação da carga tributária anunciada recentemente. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou que o orçamento da Câmara dos Deputados já incluiu as despesas com os novos parlamentares, que só serão eleitos em 2026 para assumirem o mandato no ano seguinte. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Plano de trabalho reforça parceria Brasil-Alemanha para Infraestrutura da Qualidade

Poder Executivo | 18/06/2025 – 21h47min

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o ministério alemão de Assuntos Econômicos e Energia (BMWE) renovaram nesta quarta-feira (18) a parceria estratégica entre os dois países com a assinatura do Plano de Trabalho 2025-27 do GT Teuto-Brasileiro em Infraestrutura da Qualidade. Entre os temas prioritários, destacam-se a transformação digital da Infraestrutura da Qualidade (IQ), o intercâmbio de informações sobre passaportes digitais de produtos, o fortalecimento da governança e o uso de dados para aprimorar a atuação do governo e a oferta de serviços de IQ. “A cooperação entre Brasil e Alemanha em infraestrutura de qualidade possui caráter estratégico, tendo se provado benéfica ao longo dos últimos anos”, afirmou a secretária de Competitividade e Política Regulatória do MDIC, Andrea Macera. O encontro ocorreu na sequência da 51ª Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha (Comista) e reforçou o entendimento entre os dois países em torno de temas como metrologia, normalização, acreditação, avaliação de conformidade, regulamentação técnica, vigilância de mercado e transformação digital. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)